



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: G
LINGUISTICS & EDUCATION
Volume 23 Issue 10 Version 1.0 Year 2023
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Problematization of the Literary Canon: Anti-Patriarchal Perspective and Discussion about the Erasure of Literature by Female Authors in the School Curriculum

By Hyalle Jayne Silva

Abstract- The literary canon is a collection of works officially recognized for their excellence and cultural importance. Its construction is a historical process that reflects the choices and values of commonly dominant groups. As a result, the canon often excludes works written by marginalized groups, including women. This erasure of female writers has influenced the development of the school curriculum and limited young people's exposure to these authors and their works. In Brazil, the literary canon is dominated by male writers, with little representation of literary works authored by women. This lack of representation directly affects education in the country, limiting exposure to literature written by women. This work addresses the influence of the patriarchal literary canon on the approach to literature written by women in school.

Keywords: *female authored literature. literature teaching. canon reconstruction. female authorship writing.*

GJHSS-G Classification: LCC Code: PN451 - PN455



PROBLEMATIZATION OF THE LITERARY CANON ANTI-PATRIARCHAL PERSPECTIVE AND DISCUSSION ABOUT THE ERASURE OF LITERATURE BY FEMALE AUTHORS IN THE SCHOOL CURRICULUM

Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2023. Hyalle Jayne Silva. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

Problematization of the Literary Canon: Anti-Patriarchal Perspective and Discussion about the Erasure of Literature by Female Authors in the School Curriculum

Problematização do Cânone Literário: Perspectiva Anti-Patriarcal e Discussão Sobre o Apagamento da Literatura de Autoria Feminina no Currículo Escolar

Hyalle Jayne Silva

À Hyalle de oito anos de idade, que já enxergava sua potência, inteligência e capacidade de conquistar o que quisesse. E a todas as mulheres que sempre a inspiraram.

Resumo- O cânone literário é um conjunto de obras oficialmente reconhecidas por sua excelência e importância cultural. A construção dele é um processo histórico que reflete as escolhas e os valores de grupos, comumente dominantes. Como resultado, o cânone frequentemente exclui obras escritas por grupos marginalizados, incluindo mulheres. Esse apagamento das escritoras tem influenciado a elaboração do currículo escolar no cenário da educação e limitado o contato dos jovens com essas autoras e suas obras. No Brasil, o cânone literário é dominado por escritores homens, com pouca representatividade de obras literárias de autoria feminina. Essa falta de representatividade afeta diretamente a educação no país, limitando o contato com a literatura produzida por mulheres. Este trabalho aborda a influência do cânone literário patriarcal na abordagem da literatura de autoria feminina na escola. A partir de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se discutir como o apagamento das escritoras brasileiras do cânone influencia a elaboração do currículo escolar da educação básica e, conseqüentemente, limita o contato dos estudantes com essas escritoras. Entre os resultados, percebe-se que a abordagem da literatura feita por mulheres na escola é fundamental para a construção de uma educação igualitária e inclusiva. É importante que as escritoras brasileiras sejam apresentadas às/aos estudantes para que essas/es possam se identificar com suas histórias, se inspirar em suas trajetórias e compreender a riqueza e diversidade da literatura produzida por mulheres. A inclusão dessas obras no currículo escolar é importante não apenas para garantir a representatividade na literatura, mas também para expandir a perspectiva das/os estudantes e promover a diversidade.

Palavras-chave: literatura de autoria feminina. ensino de literatura. reconstrução do cânone. escrita de autoria feminina.

Abstract- The literary canon is a collection of works officially recognized for their excellence and cultural importance. Its construction is a historical process that reflects the choices and values of commonly dominant groups. As a result, the canon often excludes works written by marginalized groups, including women. This erasure of female writers has influenced the development of the school curriculum and limited young people's exposure to these authors and their works. In Brazil, the literary canon is dominated by male writers, with little

representation of literary works authored by women. This lack of representation directly affects education in the country, limiting exposure to literature written by women. This work addresses the influence of the patriarchal literary canon on the approach to literature written by women in school. Through bibliographic research, we sought to discuss how the erasure of Brazilian female writers from the canon influences the development of the basic education curriculum and, consequently, limits students' exposure to these writers. Among the results, it is evident that the approach to literature written by women in school is fundamental to building an egalitarian and inclusive education. It is important that Brazilian female writers are introduced to students so they can identify with their stories, be inspired by their journeys, and understand the richness and diversity of literature produced by women. The inclusion of these works in the school curriculum is important not only to ensure representation in literature but also to expand students' perspectives and promote diversity.

Keywords: female authored literature. literature teaching. canon reconstruction. female authorship writing.

I. INTRODUÇÃO

Eu falarei da escrita feminina: disso que ela fará. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher e faça vir as mulheres à escrita, de onde elas foram afastadas tão violentamente quanto foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, no mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se conduza ao texto – como ao mundo e à história -, se seu próprio movimento (CIXOUS, 2020, p. 37).

Ao longo da minha vivência, sempre fui atraída pelas palavras, o que elas significavam e o sentido que produziam. Minha vida foi marcada por mulheres que tornaram essa experiência ainda mais intensa. Desde minha alfabetização, incentivada precocemente por professoras, até o incentivo a buscar uma escrita cada vez mais assertiva, eu sempre estive rodeada de mulheres inteligentes, leitoras, subversivas e sedentas por aprender. Elas se tornaram meu referencial desde cedo e assim é até hoje.

Minha paixão pelos livros foi aprofundada ao mergulhar nas palavras de outras mulheres que inspiraram/estimularam meu interesse na busca pelo conhecimento e ao longo do meu crescimento sempre estive rodeada por elas. Contudo, à medida que eu crescia, em minha vivência escolar, comecei a observar

Author: e-mail: hjs1@aluno.ifal.edu.br

que as/os professoras/es, embora excelentes profissionais, já não tinham a abertura para nos direcionar em leituras como minhas professoras anteriores faziam. O currículo era a diretriz para essas indicações. No Ensino Médio, o foco passou a ser, de forma mais pragmática, o ingresso ao Ensino Superior e isso demandava que nos aprofundássemos nos clássicos da literatura. Nesse momento, comecei a me sentir desconfortável com o fato de que “clássicos” eram uma concepção masculina.

Recordo-me de estudarmos pouquíssimas escritoras mulheres nesta fase. Machado de Assis me deixava deslumbrada, mas eu queria me identificar ainda mais. Clarice me arrebatava, mas eu queria descobrir outras mulheres potentes como ela. Assim, atravessei o Ensino Médio com esse incômodo velado e apenas no Ensino Superior compreendi de maneira mais evidente o que isso significava para mim no contexto literário.

Eu tinha ânsia de descobrir outras mulheres que, também, ajudassem a me descobrir por meio de suas palavras. A ideia de “clássicos da literatura” não contemplava meus desejos. Porém, fui privilegiada na academia por conviver com mais escritoras inspiradoras que me direcionaram nessa busca. E isso resultou na necessidade de abordar metodologicamente como o cânone literário se condensa em uma maioria esmagadora de artista homens e como isso influencia a construção do currículo escolar, estimulando o contato de estudantes com uma literatura feita por homens.

Atualmente, a representatividade é temática de discussão imprescindível na sociedade. Embora homens e mulheres, hoje, tenham direitos em comum, sabe-se que isso não ocorreu desde sempre na história da humanidade. Aos poucos as mulheres têm se apropriado da voz que há muito foi silenciada. Reflexo disso foi o tardio acesso à escrita e ao reconhecimento literário. Durante séculos as mulheres foram proibidas – moralmente e politicamente – de estarem em ambientes coletivos. Essa exclusão do ambiente fora do lar limitava a mulher às atividades principalmente domésticas.

Em diversos âmbitos ainda temos atualmente heranças dessa desigualdade de acesso. Em *Um teto todo seu*, Virginia Woolf (2014) pondera sobre a hipótese de Shakespeare ter tido uma irmã escritora tão talentosa quanto ele e se ela poderia ter tido o mesmo êxito que o irmão na profissão. Contudo, temos um exemplo bem real, não na literatura, mas em um campo artístico que nos ilustra qual poderia ter sido o destino de Judith: Maria Anna Walburga Ignatia Mozart, apelidada de Nannerl.

A irmã de Mozart era prodigiosa na música, se apresentava antes mesmo do irmão mais novo para plateias lotadas e era aclamada, mas precisou abandonar a carreira musical para se casar e seguir os

preceitos morais da época. Música, política, teatro, literatura: quando enfim pudemos ocupar tais espaços, quantas de nós foram apagadas ou esquecidas porque o cânone, o prestígio, o sucesso já era dominado por homens? É na tentativa de honrar a trajetória de tantas mulheres, refletindo e discutindo sobre a reconstrução do cânone, que esta pesquisa se propõe.

A invisibilização das mulheres é uma questão significativa na literatura, pois tem um impacto profundo nos livros que lemos e no que é considerado literatura canônica. A ausência de vozes femininas na literatura é resultado da sociedade patriarcal que historicamente priorizou as vozes masculinas. Esta questão não se limita apenas à literatura, mas também permeia outros aspectos da sociedade. É essencial estudar e abordar este tema, pois destaca a discriminação baseada em gênero que está presente há séculos.

Ao lançar luz sobre a invisibilização das mulheres na literatura, podemos encorajar mais vozes femininas a serem ouvidas, lidas e estudadas, permitindo que todas/os tenham oportunidades iguais para compartilhar suas histórias e perspectivas. Abordar escritoras mulheres nas escolas é uma forma importante de transformar esse cenário. Ao incluir a literatura de autoria feminina no currículo escolar, podemos desafiar a visão convencional de que a literatura masculina é superior. Isso não só dá às estudantes modelos de mulheres fortes e independentes, como também ensina às/aos alunas/os a importância de ouvir diferentes perspectivas a lidar com a diversidade. Além disso, a inclusão da literatura de autoria feminina nas escolas pode ajudar a encorajar mais mulheres a se tornarem escritoras, o que pode levar a uma maior representatividade feminina na literatura.

A pesquisa se propõe em seu objetivo geral discutir como o apagamento das escritoras brasileiras do cânone literário influencia a elaboração do currículo escolar no cenário da educação no Brasil e limita o contato dos jovens a essas autoras e suas obras. Esse enfoque, que permeia reflexão, será dado a partir de uma pesquisa documental, que se debruçará sobre publicações já feitas sobre o tema, cruzando informações sobre cânone, crítica literária e a elaboração do currículo escolar.

Além de avaliar o impacto da inclusão de livros escritos por mulheres no currículo escolar na percepção da sociedade sobre a literatura feminina, essa pesquisa, em seus objetivos específicos, pretende analisar a representatividade feminina na literatura canônica e avaliar o impacto da inclusão de livros escritos por mulheres na extensão do cânone literário; comparar a recepção de livros escritos por mulheres com a recepção de livros escritos por homens e avaliar se há um viés de gênero na crítica literária; e investigar como a inclusão de livros escritos por mulheres no currículo escolar pode afetar a autoestima e a

autoimagem das alunas e promover a igualdade de gênero.

O trabalho está estruturado em quatro seções. Princípio a pesquisa com “Literatura: substantivo feminino”, na qual disserto brevemente sobre a origem do termo “literatura” e trato de sobre como esse substantivo feminino nomeia essa expressão artística capaz de expressar e modificar a sociedade. Apoiado na teoria e crítica literária feminista, a seção busca provocar a reflexão sobre a ausência de representatividade feminina na literatura e como se deu a trajetória das mulheres nesse espaço.

A seção “Cânone: substantivo masculino” problematiza a influência do patriarcado na formação do cânone literário e elenca a crítica literária feminista como uma maneira de valorizar as literaturas de autoria feminina. A seção “Literaturas de autoria feminina na práxis docente” se apoia em pesquisadores da Linguística Aplicada para refletir sobre possibilidades de uma prática em sala de aula que amplie o olhar para além do que está posto nos manuais de literatura como convencional.

Na seção “A literatura de autoria feminina no livro didático”, elenco algumas pesquisas já publicadas que analisam quantitativamente o número de autoras mulheres em livros didáticos *versus* o número de escritores homens citados. A partir da pesquisa bibliográfica desenvolvida, buscou-se discutir como o apagamento das escritoras brasileiras do cânone influencia a elaboração do currículo escolar da educação básica e, conseqüentemente, limita o contato dos estudantes a essas autoras.

II. LITERATURA: SUBSTANTIVO FEMININO

O que falta essencialmente à mulher de hoje, para fazer grandes coisas, é o esquecimento de si: para se esquecer é preciso primeiramente que o indivíduo esteja solidamente certo, desde logo, de que se encontrou. Recém-chegada ao mundo dos homens, e mal sustentada por eles, a mulher tá ainda ocupada com se achar (BEAUVOIR, 2019. p. 527).

A literatura é um termo que pode ter diferentes definições e significados, dependendo do contexto em que é utilizado. Em termos gerais, sabe-se que a literatura é uma forma de expressão artística que utiliza a linguagem escrita para criar obras que contam histórias, exploram ideias e emoções, ou simplesmente proporcionam o prazer estético. Desde a Antiguidade, teóricos têm tentado definir e compreender a natureza da literatura. Um dos mais conhecidos é Aristóteles, que em sua obra *Poética* estabeleceu a ideia de que a literatura é uma forma de imitação da realidade, que visa emocionar e provocar o público. No século XX, outros teóricos importantes emergiram, como Roman Jakobson, que enfatizou a função poética da linguagem, ou seja, a maneira como as palavras são escolhidas e organizadas para criar efeitos estéticos e

comunicativos, como em *Linguística e Literatura* (1975), obra por meio da qual ele aborda a relação entre a linguística e a literatura, enfatizando a importância da linguagem na criação literária. Outros teóricos, a exemplo de Michel Foucault, defenderam uma abordagem mais crítica e questionadora da literatura, além das lutas de classe, a partir do aparelhamento de Estado.

Em *Linguagem e Literatura* (2000), Foucault aborda principalmente o conceito de linguagem e a relação entre linguagem e literatura. O filósofo analisa a linguagem como um domínio independente da realidade, com regras próprias de funcionamento, e explora as possibilidades criativas oferecidas pela linguagem por meio da literatura.

Uma definição recorrente de literatura é que ela é uma forma de arte que utiliza a palavra escrita como meio de expressão. No entanto, muitos teóricos apontam que essa definição é muito ampla e abrangente, e que é necessário levar em consideração o contexto social, histórico e cultural em que a obra é produzida. Terry Eagleton (2006) discorre que a literatura se define não por ser ficcional ou imaginativa, mas por ser uma expressão peculiar da linguagem.

Muitas têm sido as tentativas de definir literatura. É possível, por exemplo, defini-la como a escrita “imaginativa”, no sentido de ficção - escrita esta que não é literalmente verídica. Mas se refletirmos, ainda que brevemente, sobre aquilo que comumente se considera literatura, veremos que tal definição não procede (EAGLETON, 2006, p. 01).

Etimologicamente, a palavra “literatura” deriva do latim *litteratura*, derivado de *littera*, que significa letra. Podemos, portanto, inferir o conceito de literatura à relação com a palavra escrita ou impressa e a arte de escrever. O termo se referia, inicialmente, ao conjunto de saberes relacionados com a escrita, a leitura e a gramática. Com o passar do tempo, a palavra foi adquirindo novos significados, passando a designar também as obras escritas que se destacavam por sua qualidade estética e artística. Assim, “literatura” passou a ser associada à arte da palavra, à produção de obras literárias que transcendem a mera comunicação de informações e visam à expressão estética e artística (SILVA, 2007).

Vítor Manuel de Aguiar Silva (2007) destaca que a definição do termo “literatura” é complexa e variável, sendo influenciada por fatores históricos, culturais e sociais. No entanto, a obra literária é sempre vista como uma forma de expressão artística que pode transmitir valores, emoções e reflexões sobre a condição humana.

A literatura pode ser entendida como uma forma de discurso que reflete e refrata as normas e valores culturais dominantes. Não obstante, há os que defendem que a literatura é uma forma de experimentação linguística e estética, que desafia as convenções literárias e empurra os limites do que é

considerado literário. O conceito de literatura é complexo e multifacetado, e pode ser compreendido de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que é utilizado e da perspectiva teórica adotada. No entanto, todos concordam que a literatura é uma forma de arte que é capaz de provocar emoções, questionar valores e refletir a condição humana.

Antonio Candido relaciona em seu consagrado texto *O direito à literatura* (1995) essa manifestação artística aos Direitos Humanos. O texto aborda a questão do acesso à literatura como um direito fundamental de todos os indivíduos. O crítico literário destaca que a literatura não pode ser vista como um privilégio de uma elite cultural, mas sim como uma forma de expressão artística que deve estar acessível a todas/os. Segundo Candido, a literatura tem um papel fundamental na formação da identidade e na ampliação da consciência crítica dos sujeitos. Ela permite o contato com outras culturas, outros modos de pensar e de ver o mundo, ampliando a visão de mundo e as possibilidades de transformação social.

Todavia, o estereótipo histórico de que a literatura é prerrogativa de uma minoria representada pela elite social e intelectual ainda persiste. A promoção e perpetuação do estereótipo de que a literatura é exclusivamente destinada à elite social e intelectual levanta questões sobre a quem esse padrão de concepção literária serve e beneficia. Ao reforçar essa imagem restritiva, corremos o risco de marginalizar e desvalorizar vozes e perspectivas que não se encaixam nesse padrão, limitando a diversidade e a pluralidade de experiências literárias. É fundamental questionar e desconstruir essa noção elitista, promovendo uma visão mais inclusiva e democratizada da literatura, que abrace as múltiplas vozes e expressões culturais.

A literatura ser vista muitas vezes como elitista e limitada aos intelectuais contribui para que muitas pessoas não se sintam estimuladas a se aproximarem desse universo. Além disso, a literatura, ao longo do tempo, foi um recurso que reforçava a posição de poder, principalmente, de homens. As obras literárias eram muitas vezes produzidas por homens, para homens e a partir de uma perspectiva masculina, o que acabava por excluir outras vozes e vivências. Diante desse cenário, Candido (1995) defende que é fundamental democratizar o acesso à literatura e promover políticas públicas que estimulem a leitura e a produção literária por todos os segmentos sociais. Ele argumenta que a literatura deve ser vista como um direito de todos, e não como um privilégio de poucas pessoas.

A literatura, como uma ferramenta educacional e de construção de um ser humano crítico, abrange uma vasta gama de saberes que se entrelaçam harmoniosamente. Ao ler e analisar obras literárias, os sujeitos são incentivados a questionarem as ideias apresentadas e a desenvolverem habilidades de

pensamento crítico, bem como a compreensão de diferentes perspectivas e culturas. Além disso, a literatura pode ser utilizada como uma ferramenta de conscientização e promoção de causas diversas. Uma abordagem educacional com base no incentivo à leitura e ao contato com a literatura contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, capazes de tomar decisões éticas e empáticas.

Nesse sentido, é importante promover a diversidade de vozes e perspectivas na literatura, valorizando a produção de escritores de diferentes gêneros, etnias, classes sociais e culturas. Somente assim será possível romper com os estereótipos e preconceitos que ainda limitam o acesso à literatura e torná-la um recurso democrático e transformador para todas/os. Sendo a palavra "literatura" um substantivo feminino, proponho-me a, apoiada na teoria e crítica literária feminista, suscitar a reflexão sobre o motivo de termos poucas mulheres inseridas no cânone literário.

a) *A literatura como ferramenta para compreender e modificar a sociedade*

A literatura sempre foi uma forma de expressão artística que tem uma relação intrínseca com a sociedade. Mediante as obras literárias, é possível observar as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais de uma época, assim como as relações humanas e os conflitos que permeiam a vida em sociedade. Em seu texto "A literatura e a vida social", presente no livro *Literatura e sociedade* (2000), o crítico literário Antonio Candido destaca a importância da literatura como um instrumento para compreender a sociedade e as relações humanas. A literatura é capaz de captar e expressar as contradições e tensões presentes na sociedade, dando voz aos excluídos e questionando os valores dominantes. Para Candido, afirmar que a literatura exprime a sociedade é um truísmo.

Embora a literatura seja também um produto social, por muito tempo, ela foi criticamente avaliada apenas sob o critério de correspondência com a realidade, fazendo surgir inúmeras análises superficiais que se propunham a entender a arte a partir da descrição possível de uma classe ou grupo social. Por outro lado, outra tendência que também ocorreu, em oposição à anterior, foi uma análise da obra a partir de uma presença ou obrigatoriedade de que ela deve ter uma posição moral ou política. Candido (2000) afirma que ambas as tendências mostram que a arte é social tanto por ser influenciada pelo meio quanto por ter um efeito modificador nele.

Hordienamente, a literatura continua a ser influenciada pela vida social e, ao mesmo tempo, a influenciar o meio em que está inserida. As obras literárias refletem as questões contemporâneas, como a desigualdade social, as questões de gênero, as

questões étnico-raciais e as transformações tecnológicas.

Por outro lado, a literatura também é capaz de influenciar a sociedade e provocar mudanças. Obras literárias podem questionar valores estabelecidos, abrir espaço para novas perspectivas e promover debates importantes sobre temas relevantes para a sociedade. Um exemplo disso são as obras de Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, que aborda em seus livros questões relacionadas à identidade cultural, ao feminismo e ao racismo. Seus livros influenciaram o debate público sobre esses temas, gerando reflexões e mudanças na sociedade. Já na literatura brasileira, temos como exemplo uma escritora que produziu uma obra com forte carga de denúncia social, mas muito invisibilizada: Carolina Maria de Jesus.

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira que viveu em São Paulo durante uma época de grandes mudanças sociais e econômicas no Brasil. Ela era uma mulher negra, e sua escrita frequentemente explora temas de grupos étnicos, classe e gênero, bem como a pobreza e a luta pela sobrevivência nas favelas. Seu diário, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado pela primeira vez em 1960, é um retrato vívido da vida na favela e das condições sociais que a atormentavam (DA CONCEIÇÃO SILVA, 2019).

Como escritora em situação de pobreza, a obra de Carolina foi fortemente influenciada pela sociedade em que vivia. Sua escrita foi uma resposta à pobreza e à luta pela sobrevivência que ela experimentou na favela. Ao mesmo tempo, sua obra também teve um impacto na sociedade e na literatura brasileira. Seu diário foi uma crítica poderosa às condições sociais e econômicas que existiam no Brasil na década de 1950 e 1960, e ajudou a chamar a atenção para as experiências daquelas/es que viviam na extrema pobreza.

A obra de Carolina é um exemplo de literatura que, ao mesmo tempo, é influenciada pela sociedade e tem impacto sobre ela. Sua escrita é uma parte importante da literatura brasileira, e tem sido reconhecida por suas contribuições para o campo. No entanto, seu trabalho nem sempre foi compreendido ou apreciado pelo estabelecimento literário. Um dos desafios para entender a escrita de Carolina é a forma como ela estabelece uma interseção entre as questões de etnia e gênero. Seu trabalho frequentemente explora as experiências de mulheres negras no Brasil expõe os desafios que elas enfrentaram em termos de autonomia, reconhecimento e ascensão social. No entanto, o cânone literário tradicional tendeu a ignorar as experiências das mulheres negras, e isso tornou difícil para o trabalho de Carolina ser totalmente apreciado (DA CONCEIÇÃO SILVA, 2019).

Apesar desses desafios, a obra de Carolina tem sido reconhecida por suas contribuições à literatura brasileira. Seu diário, *Quarto de Despejo: diário de uma*

favelada, foi traduzido para vários idiomas e continua a ser lido e estudado hoje. Sua escrita ajudou a chamar a atenção para as experiências daqueles que viviam na pobreza e contribuiu para uma compreensão mais ampla das condições sociais e econômicas que existiam no Brasil durante seu período (DA CONCEIÇÃO SILVA, 2019).

É importante ressaltar que a relação entre literatura e sociedade é uma via de mão dupla. A literatura é influenciada pela vida social, mas também é capaz de influenciar a sociedade e provocar mudanças. Por isso, é fundamental valorizar a literatura como uma forma de expressão artística que pode nos ajudar a compreender melhor o mundo em que vivemos e a promover transformações na sociedade.

b) *A trajetória das mulheres na literatura*

Ao longo das décadas, muitas mulheres se questionaram sobre a presença de antepassadas nas listas de escritoras influentes. Virginia Woolf, em seu artigo *Mulheres e Ficção* (2019), enfatiza que a mais superficial reflexão ou investigação sobre a escrita das mulheres logo elucida uma série de perguntas sobre, como “o que faziam as mulheres que viveram antes de nós?”. Sempre falamos sobre os homens, mas quase nunca a História se detém nos feitos de mulheres:

[...] De nossos pais sempre sabemos alguma coisa, um fato, uma distinção. Eles foram soldados ou foram marinheiros; ocuparam tal cargo ou fizeram tal lei. Mas de nossas mães, de nossas avós, de nossas bisavós, o que resta? Nada além de uma tradição. Uma era linda; outra era ruiva; uma terceira foi beijada pela rainha. Nada sabemos sobre elas, a não ser seus nomes, as datas de seus casamentos e o número de filhos que tiveram (WOOLF, 2019, p. 10).

As mulheres que emergiram como produtoras de literatura no final do século XVIII e início do século XIX desafiaram as normas sociais e culturais da época, elevando suas vozes por meio de palavras escritas. Autoras como Jane Austen, Mary Shelley e George Sand foram algumas das figuras proeminentes desse período, explorando temas como o amor, o casamento, a desigualdade de gênero, a crítica social e a liberdade individual. Suas obras trouxeram à tona questões profundas e cativantes, deixando um legado duradouro na história da literatura e inspirando gerações futuras.

No contexto brasileiro, o final do século XVIII e o início do século XIX também testemunharam o surgimento de importantes vozes femininas na literatura. Destacam-se autoras como Maria Firmina dos Reis, pioneira na escrita abolicionista e autora do romance *Úrsula*, de 1859, considerado o primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher; e Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi, que escreveu cartas e diários retratando suas experiências durante os conflitos da Revolução Farroupilha. Outra figura significativa é Nísia Floresta, pseudônimo de

Dionísia Gonçalves Pinto, autora de obras como *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, do ano 1832, em que aborda questões de gênero e defende a igualdade entre homens e mulheres. Essas escritoras brasileiras pioneiras contribuíram para a ampliação do panorama literário do país, abordando temáticas como a escravidão, a emancipação feminina, os direitos humanos e as lutas sociais, deixando um importante legado na história da literatura brasileira.

O artigo *A mulher escritora e o feminismo no Brasil*, de Lygia Fagundes Telles, aborda a evolução do feminismo no Brasil e a contribuição das mulheres escritoras para a causa.

A literatura feminina tem ... uma fisionomia própria ... decorrente da situação da mulher, das suas raízes históricas ... a mulher vem tradicionalmente de uma servidão absoluta através do tempo e a mulher brasileira mais do que as outras mulheres do mundo ... [Q]uando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, as correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, da senhora da casa-grande ... viviam aprisionadas, não sabiam ler, não sabiam nem sequer escrever, não sabiam coisa nenhuma. Elas ... viviam numa servidão mais terrível do que as mulheres dos outros países, inclusive da Europa.

Telles (1997) destaca a importância de reconhecer a literatura feminina como um espaço de expressão singular, moldada pela condição histórica e social das mulheres. Ela aponta para a realidade de que as mulheres brasileiras, ao longo da história, enfrentaram desafios e limitações específicas em termos de acesso à educação, comunicação e participação pública. Essa restrição resultou em uma experiência de servidão que diferia das mulheres de outros países, inclusive da Europa, que já se engajavam em formas de comunicação escrita, como cartas e correspondências. Essa reflexão amplia nossa compreensão das particularidades da literatura feminina brasileira e ressalta a importância de valorizar e amplificar as vozes dessas escritoras, que resistiram e transcendem as adversidades históricas.

A ficção feita por mulheres tem suas características próprias, é mais intimista, mais confessional: a mulher está podendo se revelar, se buscar e se definir, o que faz escolher um estilo de mergulhos em si mesma, aparentemente narcisista porque precisa falar a si própria, deslumbrada às vezes com as suas descobertas, como se acabasse de nascer. [Uma personagem minha uma vez disse]: "Antes eram os homens que diziam como nós éramos. Agora somos nós" (TELLES, 1997, p.57).

Ao analisar literatura de maneira diacrônica, é possível perceber momentos históricos e contextos específicos em que se identifica a presença da produção literária feminina. Virginia Woolf enfatiza que para compreender o sucesso ou fracasso da mulher escritora ao longo do tempo, é necessário se debruçar

sobre o estudo das condições da mulher comum de cada época. É necessário se questionar: na época de Shakespeare, o que as mulheres comuns estavam fazendo, estudando, produzindo?

Estranhos intervalos de silêncio parecem separar um período de atividade de outro. Numa ilha grega, houve Safo e um pequeno grupo de mulheres, todas escrevendo poesia seiscentos anos antes do nascimento de Cristo. Mas as mulheres se calaram. Tempos depois, por volta do ano 1000, vamos encontrar no Japão certa dama da corte, Shikibu Murasaki, que escreveu um romance imenso e belo. Mas na Inglaterra do século XVI, quando a atividade dos dramaturgos e poetas estava no auge, as mulheres ficaram mudas. A literatura elisabetana é exclusivamente masculina. Já no fim do século XVIII e no começo do XIX, voltamos a encontrar mulheres que escreviam – dessa vez na Inglaterra – com extraordinária frequência e sucesso (WOOLF, 2019, p. 10 – 11).

É necessário entender que os costumes e regras sociais influenciaram muito a produção artística feminina, bem como o protagonismo das mulheres em diversas outras esferas. Contudo, devemos problematizar: em milênios, apenas algumas mulheres escreveram? O que privava as mulheres do interesse à literatura? O que fez com que poucas das mulheres que se dedicaram à literatura sobrevivessem ao apagamento patriarcal?

Em uma sociedade neoliberal, a literatura, assim como outras formas de arte, é um item de consumo; portanto, confere status e poder e não é acessível a todas/os. Porém, o capitalismo é um dos braços mais fortes do patriarcado. Por isso, a limitação das mulheres ao espaço intelectual precede até mesmo à organização político-social do capitalismo nas sociedades contemporâneas. Por séculos, a leitura e escrita foram maneiras de demonstrar poder, sendo limitada aos homens brancos. Na obra de 1792, intitulada *Reivindicação dos direitos da mulher*, a escritora e filósofa Mary Wollstonecraft já evidenciava a necessidade de acesso das mulheres à educação formal:

[...] O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtudes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25).

Enquanto no século XVIII pensadoras já questionavam a privação das mulheres à educação, no início do século XIX isso ainda era ratificado no Brasil por intermédio de leis imperiais. A primeira lei regulamentadora da educação brasileira data de 1827¹

¹ A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, assegurando os estudos elementares. Durante muito tempo o acesso à educação básica foi negado às meninas. A partir da Lei Geral, promulgada em 15/10/1827, as mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios. Mesmo assim,

e determinava currículos distintos para meninos e meninas. Enquanto os meninos tinham aulas de matemática, as meninas estudavam apenas as quatro operações básicas, pois havia a compreensão de que esse conhecimento era suficiente para suas atividades e demandas domésticas.

As escolas destinadas às meninas no passado eram caracterizadas por uma ênfase intensa e repetida no treinamento de habilidades manuais, visando à formação de jovens "prendadas" capazes de executar trabalhos tidos como delicados e complexos, como costura.

Essas escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens 'prendadas', capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha e de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes se fazia de formas tão densas e particulares que permitia – a partir de mínimos traços, de pequeninos indícios, de um jeito de andar ou falar – dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que um rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou num seminário. [...] No entanto, hoje, outras regras, teorias e conselhos (científicos, ergométricos, psicológicos) são produzidos em adequação às novas condições, aos novos instrumentos e práticas educativas (LOURO, 2014, p.66).

A insegurança intelectual das mulheres é um projeto patriarcal. Começou com a privação de garotas nas salas de aula e está presente até hoje na sociedade. Colette Dowling, no livro *Complexo de sabotagem* (2000), aborda que, a despeito da mudança gradativa de papéis sociais notada no final do século XX, havia um alto número de garotas em idade escolar que vivenciavam baixa autoestima, dúvidas sobre si mesmas e descrença em seu potencial criativo e intelectual. Enquanto os meninos consideram seus melhores talentos características das quais gostam em si mesmos, as meninas – quando gostam de algo – afirmam ter apreço por sua própria aparência.

Virginia Woolf (2014), em seu livro *Um teto todo seu*, já sinalizava o desconforto de, mesmo sendo uma acadêmica, só poder entrar na biblioteca se acompanhada por um estudante da universidade ou com uma carta de apresentação. Tal situação que a revoltou ocorreu em um tempo "mais flexível", em que as mulheres já se admitiam como estudantes desses espaços.

Além de proibidas de estudar, por muito tempo, as mulheres foram privadas de ter seu próprio dinheiro. Além da privação do desenvolvimento intelectual, as mulheres também foram mantidas na

poucas mulheres tiveram acesso a uma educação diferenciada; e foram aquelas primeiras e poucas que tomaram a iniciativa e abriram escolas, publicaram livros, enfrentando a sociedade que imperava com a ideia de que a mulher não precisava saber ler e nem escrever.

pobreza deliberadamente. Impossibilitadas de criar seus próprios negócios e gerir seus bens, as mulheres ficaram por séculos dependentes financeiramente de seus maridos. Como poderiam se dedicar à escrita ou aos estudos sem ter dinheiro para se sustentar? Sobre isso, Woolf (2014, p. 37) afirma:

[...] é igualmente inútil se perguntar o que teria acontecido se a senhora Seton, sua mãe e sua avó tivessem acumulado grande riqueza e a houvessem depositado nas fundações de uma faculdade e uma biblioteca, porque, em primeiro lugar, ganhar dinheiro era impossível para elas, e, em segundo, se isso tivesse sido possível, a lei lhes negaria o direito de possuir dinheiro ganho.

Para Woolf (2014), na literatura, as mulheres são o farol que guiam a produção dos homens desde o princípio dos tempos. As personagens femininas nas obras criadas por homens são plurais, heroicas, esplêndidas, entretanto, na vida real, elas eram privadas de tudo e violadas.

[...] Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido (WOOLF, 2014, p. 66-67).

Em "A mulher escrita" (1989), Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão abordam a relação entre as mulheres e a escrita, explorando a presença feminina na literatura. As autoras analisam como as mulheres têm se posicionado no campo literário ao longo da história, enfrentando desafios e estereótipos de gênero, e examinam as vozes femininas na escrita contemporânea, buscando compreender a sua expressão literária única e a sua contribuição para a literatura. O livro oferece uma reflexão profunda e significativa sobre a representação das mulheres como escritoras e a importância de suas vozes na construção da literatura.

A personagem feminina, construída e produzida no registro do masculino, não coincide com a mulher. Não é sua réplica fiel, como muitas vezes crê o leitor ingênuo. É, antes, produto de um sonho alheio e aí ela circula, neste espaço privilegiado que a ficção torna possível.

Como produção feita na linguagem feita na linguagem, o texto literário é sempre confusão de vozes, Babel de desejos, fascinante equívoco, lido como realidade. Possibilidade de construção de objetos de desejos, sempre impossíveis, pois o desejo não tem porto definitivo; o texto é o lugar onde estes objetos se corporificam na materialidade dos significantes.

É como se os delírios e todos os sonhos, que encenam o desejo de plenitude, nele se alucinassem, tornando-se visíveis e audíveis, pela potencialidade das palavras que ressoam, ecoam, em sua musicalidade poética.

Neste espaço, nasce a heroína literária, romântica, sempre pronta a ser o desejo de seu herói. E neste espelho do texto, espelho narcísico, emerge uma certa miragem da mulher: aquela tão conhecida nas produções e subproduções literárias. Enquanto perfeição realizada na beleza corporal ou numa pretendida virtude que a esculpe como amada, esposa e mãe, a mulher se torna heroína literária (BRANCO; BRANDÃO, 1989, p.17-18).

As histórias que contamos e os personagens que criamos têm um grande impacto em como vemos o mundo e em como os outros nos veem. As mulheres precisam ser capazes de contar suas próprias histórias e criar personagens complexos e multifacetados que reflitam a diversidade da experiência feminina. Além disso, a literatura é uma forma de poder e influência. Os escritores têm a capacidade de moldar a opinião pública e influenciar a cultura. Ao se apropriarem dos espaços literários, as mulheres podem ter um impacto significativo na sociedade e na forma como as mulheres são vistas e tratadas. É importante lembrar que o empoderamento feminino não é apenas sobre dar espaço para as mulheres na sociedade, mas também sobre encorajá-las desde meninas a serem o que quiserem, a ter autoestima em diversos aspectos de suas vidas e repassar esse suporte a outras mulheres que podem precisar, por isso a escola é espaço primordial dessa movimentação.

III. CÂNONE: SUBSTANTIVO MASCULINO

[...] *As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural (WOOLF, 2014, p. 54).*

A palavra cânone é um substantivo masculino. E há muita simbologia nisso. Um dos elementos mais importantes no estudo da história da literatura é o cânone. Esse é o conjunto de autores e obras reconhecidas pela academia, seguindo critérios e parâmetros nacionalistas e religiosos (BONNICI, 2003).

O cânone literário pode ser abordado de forma analítica sob várias circunstâncias, sobretudo de gênero. A história da literatura conta com a crítica literária e a teoria literária para direcionar os parâmetros de formação do cânone (BONNICI, 2003).

Os manuais de História da Literatura normalmente dedicam poucos parágrafos a escritoras. Zahidé Lupinacci Muzart (1995, p. 85) afirma que a universidade brasileira é “mestra em perpetuar a mesmice” quando analisamos o cânone defendido aqui. Enquanto o nome feminino mais citado nos manuais é Clarice Lispector, há diversas autoras negligenciadas pelos críticos literários – que são majoritariamente homens – no Brasil. Isso é reflexo do que é posto em outros lugares do mundo.

Em *O Cânone Ocidental*, por exemplo, Harold Bloom se limita a citar apenas três escritoras: Jane Austen, Emily Dickson e Virgínia Woolf,

desconsiderando quaisquer outras escritoras posteriores e sem muito aprofundamento nas considerações a essas. Para Bloom (1995, p. 47), “sem o cânone deixamos de pensar. Pode-se idealizar interminavelmente a substituição de padrões estéticos por considerações etnocêntricas e de gênero sexual, e as metas sociais podem ser de fato admiráveis. Mas só a força pode juntar-se à força [...]”. Tal pensamento fechado nessa concepção ratifica a lista inflexível de autores e, sobretudo, autoras que compõem a alta literatura atualmente.

Evidentemente isso influencia em como as escritoras são apontadas ao longo do currículo escolar no Ensino Médio, momento escolar em que se constrói referencial literário mais sólido.

Uma das principais problemáticas da valorização da produção literária feminina é o fato de não termos informações consistentes de escritoras que viveram fases anteriores à contemporaneidade. *O Cânone Ocidental*, de Harold Bloom, é uma amostra disso. As poucas autoras citadas são relativamente recentes. Entender esse apagamento é crucial para a História das Mulheres e para a História da Literatura. O estudo do cânone se relaciona ao que é dominante em dada época (MUZART, 1995). Sendo assim, podemos facilmente compreender o porquê de existir tão poucas mulheres o compo, afinal, quando dominamos?

A arte europeia é influência estruturante da literatura brasileira. Na educação no Brasil do século XIX, havia a influência da burguesia europeia, sobretudo francesa. Desde essa época, a exclusão das mulheres pelo sistema educacional brasileiro foi imensa. No final do século XIX, quase todas as mulheres brasileiras eram analfabetas (GOMES, 2003).

Muzart (1995, p. 88) questiona: como as mulheres do movimento parnasiano, por exemplo, podem criar uma poesia erudita tendo uma carência na sua erudição, na sua formação intelectual? Melissa Carvalho Gomes (2003, p. 04) reitera que “através de políticas patriarcais do saber, formou-se e institucionalizou-se a literatura como um campo de homens letrados.”

Um dos principais veículos de emancipação e divulgação dos textos femininos foi a imprensa. As mulheres ganharam espaço nas revistas e jornais católicos, visto que havia a dificuldade de ampliar os trabalhos escritos por mulheres graças à crítica literária e ao cânone masculino e patriarcal. Com isso, a escrita torna-se uma alternativa à liberdade da mulher (GOMES, 2013).

A literatura de autoria feminina possui características próprias e apresentam temáticas herdadas de gerações passadas, contudo, ainda atuais. Para Muzart (1995), a canonização de algumas escritoras se justifica pelo que ela nomeia de “mesmice”, ou facilidade, que consiste em sempre estudar e evidenciar autoras já consagradas, não

avanzando ou se arriscando em busca de nomes e obras ainda não exploradas.

Observa-se que, em geral, são excluídos dos cânones: o popular, o humor, o satírico e o erótico. O *baixo* é excluído. Permanece o *alto*. No entanto, há um estilo *alto*, romântico, beletrista e que deixou produção abundante também excluída do cânone: é o texto das mulheres no século XIX [...] (MUZART, 1995, p. 02 – 03).

Ao longo do tempo, as mulheres se submeteram aos cânones masculinos para fazerem parte dos movimentos, mas, não sendo reconhecidas, permaneceram sendo apagadas da história. A cultura erudita ignorou até o final do século XX a literatura escrita por mulheres, por negros e a literatura escrita para crianças. Há décadas, o interesse acadêmico em pesquisar sobre essas obras era taxado de modismo, apesar do objetivo válido de evidenciar a diversidade literária (COELHO, 1991).

Foi apenas a partir da década de 1970 que houve o crescimento da literatura infantil, bem como da produção literária de temática homoerótica, e literatura LGBTQIAP+, produção e crítica literária negra e a redescoberta da literatura indígena, conforme disserta Nely Novaes Coelho (1991). Nesse período, a literatura feminina também se impôs. Coelho (1991) afirma que valor literário não possui gênero, dessa forma a atenção que a literatura feminina demanda da crítica literária não é judicativa.

O sistema cultural e social estabelecem claras distinções entre o ser *homem* e o ser *mulher*, portanto, há algumas peculiaridades que podem ser identificadas na criação literária de um ou de outro. Contudo, essa diferenciação não pode ser definida nem decidida apenas com base em aspectos biológicos (COELHO, 1991).

A crítica literária brasileira é recente, desenvolvida após a independência do país e em um contexto onde havia um pequeno público leitor, bem como a ausência de universidades e cursos dedicados à literatura (GOMES, 2003).

Na literatura majoritariamente machista, as poucas mulheres prestigiadas são as que reafirmam os ditames da cultura patriarcal, ratificando a figura de mulher sensível. Ao ler a vasta obra de Zahidé L. Muzart – cujo trabalho de crítica literária eu somente pude contemplar quando dei início a esta pesquisa – vemos que nomes como Alfredo Bosi e Antonio Candido, tão exaltados na academia, não apresentam um panorama mais amplo de escritoras.

Antonio Candido, na primeira edição de *Formação da Literatura Brasileira*, não cita escritora alguma. Mais recentemente, em *História Concisa da Literatura Brasileira*, de 1994, Bosi elenca apenas quatro autoras: Francisca Júlia, Rachel de Queiroz, Cecília Meireles e Clarice Lispector. Uma pífia análise quando a comparamos com a vasta pesquisa de Zahidé L.

Muzart, que elenca mais de cem escritoras em sua antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*.

Um grande exemplo de como escritoras mulheres foram excluídas e apagadas da história é Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Ela foi uma escritora, cronista, teatróloga e abolicionista brasileira, além de uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (ABL). Seu nome constava na primeira lista dos 40 imortais que fundariam a entidade, elaborada por Lúcio de Mendonça, contudo, na ata oficial da primeira reunião da ABL, seu nome foi excluído (FANINI, 2009). Os fundadores optaram por manter a Academia exclusivamente masculina, da mesma forma que a Academia Francesa, que lhes servia de modelo. No lugar de Júlia Lopes, entrou justamente o seu marido, Filinto de Almeida, que chegou a ser chamado de "acadêmico consorte". A exclusão de Júlia Lopes de Almeida da ABL, no entanto, não impediu que ela continuasse a produzir obras importantes para a literatura brasileira, de literatura infantil a romances, crônicas, peças de teatro e matérias jornalísticas (FANINI, 2009).

A escritora, professora e compositora Maria Firmina dos Reis (1822-1917), também é um exemplo desse apagamento histórico. Embora seja considerada a primeira romancista e a primeira escritora negra do país, Maria Firmina foi deixada de fora do cânone literário desde a publicação de *Úrsula*. A obra é precursora da temática abolicionista na literatura do país, no entanto não carregou o nome da autora em sua primeira publicação. Maria Firmina publicou inicialmente o livro sob o pseudônimo de "Uma Maranhense". A autora humanizava os personagens escravizados em suas histórias, algo incomum na literatura até então produzida por homens brancos de classes sociais altas, e, a despeito de ter sido uma figura importante na denúncia das opressões sofridas por negros e mulheres no Brasil do século XIX, sua obra teve uma circulação limitada, o que revela que fatores como classe social, gênero e etnia do escritor também participam da definição do cânone literário (MUZART, 2013).

A urgente necessidade de reconhecer os nomes femininos da produção literária desemboca em uma inevitável atualização do cânone, ressignificando seu valor e sua tradição. Para além de uma mudança historiográfica oficial, essa é uma mudança também na forma como a História das Mulheres será contada a partir de então. Inúmeras escritoras do século XIX foram esquecidas. A mulher desse século entrou para a História da Literatura ocupando apenas a categoria de objeto, sendo descritas e imortalizadas a partir do olhar masculino. E segundo Muzart (1995, p. 06), "[...] é importante, para reverter o cânone, mostrar o que aconteceu, quando o objeto começou a falar".

Para tanto, se faz necessário mais do que reaver as histórias das diversas escritoras brasileiras. É importante também trazer seus textos para a leitura ampla, crítica, discussão e comparação.

Quando se fala das escritoras do século XIX, observa-se um desconhecimento muito grande. Quando iniciamos esses estudos, fomos também nos surpreendendo a cada novo encontro, a cada descoberta. Pois, são numerosas as escritoras brasileiras no século XIX; escreveram muito e abordaram todos os gêneros: das cartas e diários, dos álbuns e *caderffies*, aos romances, poemas, crônicas e contos, dramas e comédias, teatro de revista, operetas, ensaios e crítica literária. Perto da produção masculina, podemos dizer que as mulheres pouco publicaram. Contudo, não pouco escreveram (MUZART, 1995. p. 06).

Rever o cânone não é trocar os autores consagrados pelos negligenciados e esquecidos, tampouco é uma medida assistencialista. Mas possibilita a inserção de escritoras que estiveram por muito tempo à margem na historiografia literária.

a) *A valorização da produção literária feminina por intermédio da crítica feminista*

A falta de representatividade das mulheres na crítica literária e na academia pode influenciar a seleção de obras e autores para o cânone literário de várias maneiras. A construção do cânone literário é baseada em critérios subjetivos, como a opinião de críticos literários e a recepção das obras pelo público, que muitas vezes são influenciados por preconceitos de gênero. A falta de representatividade das mulheres na crítica literária pode levar a uma visão limitada e enviesada das obras escritas por mulheres, o que pode levar a uma sub-representação dessas obras no cânone literário. Além disso, a falta de representatividade das mulheres na academia pode levar a uma falta de pesquisa e estudos sobre as obras escritas por mulheres, o que pode levar a uma subvalorização dessas obras no cânone literário. Constância Lima Duarte destaca em *Literatura feminina e crítica literária* (1990) que a inclusão do tema “Mulher e Literatura” em encontros e congressos que falavam sobre estudos literários era recente.

Várias são as dúvidas que poderíamos levantar com relação ao tema Mulher na Literatura ou Mulher e Crítica Literária, e poucas encontrariam respostas nos trabalhos existentes. Por exemplo: quais foram nossas primeiras escritoras? Que livros escreveram e sobre o quê? Não sofreram nenhuma espécie de dificuldade devido a sua condição feminina? E a representação da mulher enquanto personagem, sobre que estereótipos foi montada? Por quê? Se passamos os olhos nas antologias mais clássicas de nossa literatura e não vemos escritoras, isto apenas significa que elas nunca existiram? Se existiram algumas, sua produção foi sempre inferior à dos escritores contemporâneos para justificar sua não inclusão nessas antologias e maioria dos manuais de literatura? E finalmente, existiria uma “literatura feminina”? (DUARTE, 1990, p. 16).

A própria história da literatura foi escrita por homens, o que levou a uma seleção enviesada de autores e obras que perpetuou a exclusão de mulheres. Isso significa que muitas obras escritas por mulheres foram ignoradas ou desvalorizadas ao longo da história, o que pode ter levado a uma sub-representação dessas obras no cânone literário. A falta de representatividade das mulheres na crítica literária na academia pode ter contribuído para essa exclusão histórica, já que essas instituições têm um papel importante na seleção e valorização das obras literárias. Para reverter essa situação, é necessário promover a representatividade das mulheres na crítica literária e na academia, dando espaço e voz a essas perspectivas. Isso pode ser feito de várias maneiras, como incentivando a formação de redes de apoio e mentoria para mulheres que desejam se tornar críticas literárias ou professoras de literatura, criando programas de estudos e pesquisas que se concentrem em obras escritas por mulheres e outras minorias, e incentivando a publicação e divulgação dessas obras. Além disso, é importante promover a diversidade literária em geral, valorizando obras escritas por mulheres e outras minorias e reconhecendo sua importância e contribuição para a literatura e para a sociedade como um todo. Sobre a necessidade de estudos e debates que deem conta da literatura de autoria feminina, Duarte (1990, p. 16) salienta:

No momento em que as mulheres ampliam significativamente sua participação na literatura e nas artes em geral, impõe-se mais que nunca a formulação de uma estética de cunho feminista para dar conta das transformações aí ocorridas. Essa teorização já vem sendo feita com contribuição de vários países, por especialistas das mais diversas artes.

A representatividade das mulheres na crítica literária e na academia pode afetar a produção literária atual de várias maneiras. Ela pode ser entendida como um gesto ou uma ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos. Quando as mulheres têm uma representatividade maior na crítica literária e na academia, há uma maior probabilidade de que suas vozes e perspectivas sejam ouvidas e valorizadas. Isso pode levar a uma maior diversidade de temas, estilos e perspectivas na literatura, bem como a uma maior inclusão de obras escritas por mulheres e outras minorias no cânone literário (DUARTE, 2003).

Segundo Duarte (1990, p. 18), é evidente que a reconstrução da identidade feminina é árdua, principalmente sabendo que, em linhas gerais, a mulher passou séculos

[...] ausente como sujeito da história, reduzida a uma inferioridade calcada na sua constituição biológica, à mercê de ideologias que a colocavam como um segundo sexo e da indústria cultural masculina que se encarregou da construção e quase cristalização das imagens do feminino.

A produção literária feminina é recente, principalmente porque as mulheres passaram muito tempo recolhidas no ambiente privado, tolhidas de acesso à educação ou à vida social.

[...] Se conhecemos um pouco desta história não podemos nos admirar da ausência de uma literatura feminina nesta época. A surpresa fica mais por conta das que, apesar de tudo e todos, superaram os obstáculos e desafiaram a ordem patriarcal que as restringia à esfera privada, publicando textos ainda que anonimamente ou sob pseudônimos masculinos, como estratégia de contornar os preconceitos sexistas no campo da recepção e da crítica literária (DUARTE, 1990, p. 19).

Sendo a produção literária feminina tenra, os estudos dessa literatura também são. Duarte (1990, p. 19) destaca que até metade do século XX, a crítica literária foi um espaço majoritariamente masculino:

[...] Estamos nos lembrando e nos referindo desde a Sílvia Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, até Sérgio Milliet, Alvaro Lins, Mário de Andrade e Tristão de Athayde. A grande exceção foi Lúcia Miguel-Pereira, que se tornou respeitada e se impôs como historiadora e crítica pela seriedade de seu trabalho e profundos conhecimentos literários que possuía.

Duarte (1990) analisa que se atribuía às mulheres escritoras o rótulo de inferioridade. Ela também reflete que a crítica literária voltada a textos femininos era tão inédita que ainda trazia um véu de constrangimento por parte dos críticos. No que concerne aos temas e gêneros literários, os críticos citados por Duarte (1990) apontam como mais adequados às mulheres os romances sentimentais e de abordagem psicológica. Quando uma obra escrita por uma mulher era boa a ponto de ser elogiada, entretanto, era comparada com os escritos de autores homens considerados bons poetas.

Nesse contexto, o surgimento da crítica literária feminista foi muito importante para a valorização da escrita feita por mulheres. O artigo "Crítica literária feminista: revisitando as origens", de Anselmo Peres Alós e Bárbara Loureiro Andreta (2017), tem como intuito visitar as origens da crítica literária feminista. Para tanto, retoma as três ondas do feminismo e recupera os principais conceitos que embasaram o pensamento feminista em cada momento histórico, bem como as principais mulheres que ocuparam grande importância para o imaginário do movimento feminista. A primeira onda do feminismo, que ocorreu no final do século XIX e início do século XX, teve como objetivo a luta pelo direito ao voto e à educação. As principais representantes desse movimento foram as sufragistas, que reivindicavam a igualdade de direitos políticos e civis entre homens e mulheres (ALÓS; ANDRETA, 2017).

A segunda onda do feminismo surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, e teve como

objetivo a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres em todas as esferas da vida, incluindo o mercado de trabalho e a vida privada. Nesse período, as feministas se concentraram em questões como a violência doméstica, a discriminação salarial e a representação das mulheres nos meios de comunicação. A terceira onda do feminismo surgiu nos anos 1990 e se concentrou em questões como a diversidade e a diferença, dando ênfase às experiências das mulheres que não se encaixavam nos moldes tradicionais de feminilidade e masculinidade. Nesse período, a crítica literária feminista se tornou mais inclusiva e diversificada, abarcando temas como a sexualidade, o grupo étnico e a classe social (ALÓS; ANDRETA, 2017).

Uma das primeiras coisas a se destacar sobre a crítica literária feminista é que ela não configura um corpo homogêneo de conceitos e estratégias de leitura, mas sim um amplo conjunto de variadas proposições temáticas, ideológicas e metodológicas a serem aplicadas ao estudo da Literatura. Outra questão importante, que não se pode perder de vista, é que um dos postulados básicos das diferentes vertentes da crítica literária feminista é a impossibilidade de se pensar o texto literário desvinculado do seu contexto de leitura e produção, bem como do contexto onde se realiza a sua leitura. A crítica literária feminista se faz interdisciplinar por definição, uma vez que ela não admite a leitura do texto em um modo desvinculado de sua exterioridade e de sua historicidade (ALÓS; ANDRETA, 2017, p. 20).

Isso significa que a crítica literária feminista busca entender o texto literário como um produto cultural que reflete e refrata as relações de poder presentes na sociedade em que foi produzido. De acordo com Alós e Andreta (2017), a crítica literária feminista tem como escopo analisar como as questões de gênero são representadas na literatura e como as mulheres são retratadas pelos escritores. Ela busca desvelar as estruturas patriarcais presentes na literatura e mostrar como elas afetam a representação das mulheres e das minorias.

Os estudos feministas desenvolveram uma infinidade de maneiras para descompactar a literatura e analisá-la sob a lente do feminismo. Para isso, optaram por focar suas análises críticas em elementos literários (enredo, personagens etc.) e identificar a ocorrência da misoginia implícita na estrutura das histórias em si. Outras escolas, tais como a ginocrítica, utilizam abordagens historicistas na crítica literária, analisando como obras femininas exemplares retratam as estruturas de gênero. Uma das abordagens mais utilizadas pela crítica literária feminista é a teoria do feminismo de gênero, que entende que o gênero é uma construção social e cultural, e não uma característica biológica. Essa teoria busca analisar como as diferenças de gênero são construídas e como elas afetam as relações de poder entre homens e mulheres.

De acordo com Coelho (1991), a crítica literária feminista tem como objetivo examinar a literatura a partir de uma perspectiva feminista, buscando identificar e criticar preconceitos e estereótipos de gênero presentes nas obras literárias e na cultura em geral. Isso pode levar a uma maior conscientização e sensibilização em relação às questões de gênero na literatura e na sociedade como um todo, o que pode levar a uma produção literária mais inclusiva e diversa. Além disso, a representatividade das mulheres na crítica literária e na academia pode levar a uma maior valorização e reconhecimento de obras escritas por mulheres e outras minorias, incentivando sua produção e divulgação.

[...] uma crítica literária de perspectiva feminista, apoiada em postulados como o da "participação consciente" e preocupada em encaminhar sua argumentação na defesa dos interesses da mulher, pretende a abolição dos estereótipos sexuais socioculturais, alguns considerados "naturais e imutáveis", bem como denunciar os preconceitos existentes num texto e apreender as imagens e símbolos associados ao signo mulher (DUARTE, 1990, p. 20).

Ter uma leitura crítica e feminista das obras literárias permite uma análise mais profunda das representações de gênero e das hierarquias sociais presentes na literatura. Uma leitura crítica e feminista ajuda a identificar e questionar estereótipos sexistas e padrões de discriminação, além de permitir uma análise mais ampla do impacto da literatura na sociedade. Além disso, uma leitura crítica e feminista pode muitas vezes revelar informações importantes e perspectivas subalternas que foram negligenciadas pela narrativa dominante. Para Duarte (1990, p. 21):

[...] O trabalho de resgate das escritoras antigas que começa a ser feito, não deve pretender apenas se constituir num arrolamento das "esquecidas", mas sim permitir o conhecimento das tradições literárias das mulheres, o percurso, as dificuldades e mesmo as estratégias utilizadas para romper o confinamento cultural em que se encontravam.

Existem várias maneiras pelas quais a crítica literária pode promover e divulgar a literatura escrita por mulheres. Uma iniciativa importante é incentivar a leitura e o debate de obras escritas por mulheres, seja por meio de clubes de leitura, eventos ou programas escolares que incluam uma variedade de autoras e perspectivas. Um exemplo claro disso foi o movimento "Leia Mulheres" que surgiu a partir da campanha na internet com a *hashtag* #ReadWomen2014, criada pela escritora e ilustradora inglesa Joanna Walsh.

A crítica literária pode contribuir para a promoção da literatura escrita por mulheres, valorizando e destacando obras e autoras importantes. De acordo com Mello (2020), a crítica literária feminista tem um papel importante na promoção e valorização

da literatura escrita por mulheres, buscando identificar e criticar preconceitos e estereótipos de gênero presentes nas obras literárias e na cultura em geral. Ela pode contribuir para a conscientização e sensibilização em relação às questões de gênero na literatura e na sociedade como um todo, incentivando a valorização e o reconhecimento de obras escritas por mulheres.

Além disso, o espaço acadêmico pode promover e divulgar a literatura escrita por mulheres por meio de programas de estudos e pesquisas que se concentrem em obras escritas por mulheres e outras minorias. A inclusão de obras escritas por mulheres nos programas de estudos literários pode favorecer a formação de leitores críticos e conscientes, capazes de compreender a complexidade e a diversidade do mundo em que vivemos. A universidade deve ser local de incentivo à pesquisa e ao estudo de obras escritas por mulheres, promovendo a valorização e o reconhecimento dessas obras.

É importante destacar que a promoção e a divulgação da literatura escrita por mulheres na crítica literária e na universidade devem ser acompanhadas de ações concretas para aumentar a representatividade feminina nessas áreas. É fundamental garantir a inclusão das mulheres nos programas de pós-graduação em literatura, promovendo uma maior representatividade na crítica literária. Além disso, é essencial criar ambientes seguros e acolhedores para que essas pesquisadoras possam compartilhar suas opiniões e perspectivas com tranquilidade, sem receio de julgamentos ou discriminação. Somente assim será possível promover uma literatura mais diversa, inclusiva e representativa. A representatividade das mulheres na crítica literária e no espaço acadêmico pode levar a uma maior inclusão de mulheres nesses campos, o que propicia a uma maior diversidade de perspectivas e abordagens na produção e análise literária. A prática docente de letramento literário por meio de obras de autoria feminina também pode ser uma maneira eficaz de incluir obras escritas por mulheres na formação literária dos estudantes, incentivando a valorização e o reconhecimento dessas obras.

Para modificar esse cenário, Duarte (1990, p. 22) enfatiza a necessidade de um esforço analítico e interpretativo, alicerçado no feminismo, pois é desafiador "reconstruir a história literária da mulher a partir das páginas da história do homem". Para tanto, Constância Lima Duarte fala da necessidade de termos um olhar agudo, arguto e dialético. Sabendo que a crítica tradicional não tem dado conta de abordar a produção de escritoras de maneira íntegra, uma leitura feminista pode trazer à luz problemas estéticos e questionar o cânone imposto hierarquicamente.

IV. LITERATURAS DE AUTORIA FEMININA NA PRÁXIS DOCENTE

Na área de Estudos Literários, a preocupação com o ensinar e o aprender literatura, tanto na educação formal quanto na não-formal², sempre esteve na agenda de discussões. Entretanto, nas últimas décadas a Linguística Aplicada também tem se debruçado sobre essa problemática, contribuindo com a discussão e enriquecendo a produção de conhecimento nesse escopo.

Práticas produtivas de letramento literário precisam agregar não apenas para a formação de leitores literários, mas para a mobilização de ações que mediem na vida social dos estudantes. Para elaborar uma estratégia assertiva de mediação, nesse sentido, é necessário volver o olhar para os efeitos provocados no processo restrito de escolarização da literatura, sobretudo nas instituições públicas de ensino. É uma condição *sine qua non* à formação de leitoras literárias a proposição de práticas de diálogo, reflexão e criticidade, por meio de uma perspectiva ética e responsiva do docente ao lidar com o texto literário em sala de aula.

Apoiada na perspectiva teórica da Linguística Aplicada *in* disciplinar de Moita Lopes (2006) e transgressiva, de Pennycook (2006), pensando também em um ensino transgressor (hooks, 2017) para desenvolvimento de letramentos literários, além do conceito de agente de letramento proposto por Kleiman (2006), proponho uma relação desses conceitos com o ensino de literatura na educação básica, pensando na necessidade de evidenciar nesse processo as literaturas de autoria feminina. Para efetivar um ensino de literatura significativo em sala de aula, a/o docente poderá, enquanto agente de letramento e agente literário, estar alinhado a uma postura decolonial.

Segundo dados da 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020), realizada pelo Instituto Pró-Livro, 34% dos leitores tiveram influência de alguém para gostar de ler. O número de pessoas que afirmaram ter tido essa influência em 2015 na mesma pesquisa foi de 33%. Os principais influenciadores, segundo a pesquisa, são a

professora ou professor e a mãe ou responsável do sexo feminino. É nessa perspectiva que cito a/o docente de literatura como agente literário na escola, haja vista sua influência na inserção dos estudantes ao mundo leitor.

Kleiman (2006, p. 411) também evidencia a relevância do/a professor/a nesse processo:

A noção de agente de letramento está apoiada na premissa de que vir a ser um professor de alfabetização ou um agente que envolve questões identitárias relacionadas à aquisição e ao uso da leitura e escrita. Num quadro social que valorize as práticas locais dos grupos minoritários, uma forma de legitimação das práticas do professor envolve a transformação das estratégias dos cursos universitários a fim de educar professores para virem a ser agentes capazes de agir em novos contextos com novas ideias sobre letramento.

O cânone literário consiste em um recorte elitista da literatura, pois despreza obras categorizadas como inadequadas e invisibiliza práticas comuns de leitura. Como reflexo da sociedade regida pela perspectiva de homens héteros, brancos e cis, a produção literária também reflete o patriarcado ao evidenciar em seu cânone obras escritas por homens em detrimento de livros escritos por quaisquer minorias sociais, principalmente as mulheres. Muzart (1995) afirma que esse processo é tão complexo que implica também o fator de acomodação, ou seja, a tendência de se reproduzir o estudo de autores e obras já consagradas por medo do novo. Isso perpetua a abordagem de literaturas de homens brancos e algumas mulheres brancas. Assim, é essencial o combate ao tradicionalismo, que traz um recorte previsível, misógino e colonizador para o centro da discussão literária, desautorizando e desqualificando as literaturas que elucidam outras searas sociais, para além do centro.

No contexto social, principalmente brasileiro, a leitura literária se firma como um capital simbólico, na perspectiva de Bourdieu (2021), que reforça hierarquias. Ao abordar de maneira inclusiva as literaturas em sala de aula das escolas públicas, quebramos a concepção equivocada de que essas obras são exclusivamente destinadas à classe dominante. Isso possibilita o acesso de todos e todas aos bens culturais. Refletir e problematizar os efeitos negativos e restritivos desse monopólio precede à provocação e que a/o docente precisa ter uma postura responsiva quanto a isso em sua práxis. Tal postura crítico-reflexiva deve abarcar o fazer docente e também a análise literária, volvendo o olhar para aspectos relacionados à representatividade nos textos, não apenas no que concerne às literaturas de autoria feminina, mas também às obras de escritores negros, LGBTQIAP+, indígenas, entre outros grupos sociais. A/O professor não é passiva/o ou neutra/o nesse processo.

² Os espaços não-formais referem-se a ambientes ou contextos que estão fora do âmbito tradicional da educação formal, como escolas e universidades. No contexto dos Estudos Literários, esses espaços podem incluir clubes de leitura, grupos de discussão, eventos culturais, plataformas online, entre outros, nos quais se promove o ensino e o aprendizado da literatura de forma mais informal e acessível, buscando ampliar o alcance e a diversidade das experiências literárias. A valorização desses espaços é fundamental para uma abordagem mais abrangente e democrática no estudo e na apreciação da literatura.

Por isso, a escolha dos textos literários precisa ser firmada em uma postura responsiva e transgressora. Segundo hooks (2017, pp. 55-56),

A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência da raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas. [...] Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora.

Em sala de aula, a/o aluna/o-leitor/a precisa ser incentivada/o ao contato com o protagonismo e autonomia fomentados pelo acesso à literatura. É crucial reconhecer que é necessário acolher as vivências, cultura, posicionamentos e comportamentos sociais dos sujeitos inseridos na sala de aula. Portanto, a/o aluna/o-leitor/a deve ser visto na condição sujeito ativo, consumidor e produtor de cultura e que, nos diversos contextos nos quais ela/e está inserida/o, possui autonomia. Para tanto, a/o docente pode ter uma prática embasada em uma visão humanista e libertadora, aos moldes do que propõe Paulo Freire (2003, p. 11), sobretudo quando disserta sobre a leitura como ferramenta para entender e se posicionar no mundo:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 2003, p. 11).

Moita Lopes (2006, p. 23) enfatiza que a produção de conhecimento em uma área que pretende intervir em práticas sociais precisa “abrir espaço para visões alternativas ou para ouvir outras vozes que possam revigorar nossa vida social ou vê-la compreendida por outras histórias”. É necessário pensar que, para estudantes da rede pública de ensino, a sala de aula é o primeiro – e talvez único – lugar de contato com a literatura. Dessa forma, a escolha dos textos e temas abordados precisa partir de uma reflexão pautada na realidade social e cultural das/os estudantes.

Segundo Moita Lopes (2006, p. 86), é preciso:

Criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento, ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com base nas e com as vozes dos que estão à margem: os pobres, os favelados, os negros, os indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situação de dificuldades sociais e outros.

O espaço da escola não pode ser apenas voltado à formação profissional das/os estudantes. O fazer docente precisa propiciar às/aos alunas/os, independente de idade e condição social, formação

para além da produção exigida no mundo do trabalho. Para combater o capitalismo introjetado nos processos educativos e de produção de conhecimento e propagar a voz dos grupos sociais estigmatizados, Moita Lopes (2006) sugere o desenvolvimento de pesquisas e estudos que apresentem contrapontos a essa visão unilateral propagada como única.

A escolarização equivocada da literatura institui sobre ela um olhar tendencioso e, conseqüentemente, distancia seu acesso de grupos interessados, porém privados historicamente desse, além de desconsiderar literaturas marginais. A Linguística Aplicada indisciplinar suscita, além de uma postura ética frente aos saberes da linguagem, uma transgressão e uma desaprendizagem do que é posto como tradicional e canônico quando se pensa em literatura.

Pennycook (2006, p. 69) problematiza que:

[...] tendo em vista as insistentes afirmações da parte de muitos que falam de posições marginalizadas, de que o racismo, a pobreza, o sexismo, a homofobia e muitas outras formas de discriminação têm sido cruciais em suas vidas como aprendizes de línguas, educadores, tradutores, pacientes, trabalhadores, clientes, réus, artistas, escritores, telespectadores etc., parece difícil negar a importância de fazer tais conexões, como também parece hipócrita escondê-las por trás de uma forma de relativismo liberal que insiste que não é possível tomar decisões em relação ao mérito de tais casos.

Não se espera que as/os docentes insiram a perspectiva transgressora da Linguística Aplicada de forma imediata em sua práxis pedagógica, porém, é significativa ao trabalho com literatura em sala de aula a promoção de atitudes que problematizem os caminhos tradicionais no ensino e os transgridam, considerando os saberes e a cultura local, bem como a pluralidade das/os alunas/os-leitoras/es. Tais pontos influenciam diretamente não apenas a inserção do texto literário em sala de aula, mas também a escolha desses textos e a problematização inicial das temáticas abordadas na contextualização com as/os estudantes.

A Linguística Aplicada e seus estudos transgressivos são significativos quando se pensa acerca de um ensino de literatura menos excludente. Por isso, ao pensar em literatura de autoria feminina e seu ensino na educação básica, o aporte teórico na área propicia à/ao docente uma prática pedagógica mais assertiva.

Aline Oliveira Souza (2017), no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, vinculada ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na UFSC, desenvolveu em sua monografia uma pesquisa em que comparou quantitativamente as escritoras presentes nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Fundamental II usados na rede pública de ensino na cidade de Florianópolis. Foram utilizados na análise três livros didáticos do Ensino Fundamental Anos

Finais. A pesquisa deu conta de que, em um dos livros, o número de escritores homens citados eram 63, enquanto o de mulheres escritoras era 10.

Segundo Souza, (2017, p. 15) “[...] a literatura e sua história presentes nos livros didáticos estão ligadas à ênfase dada aos textos clássicos e canônicos que, não por acaso, são de autoria de homens – traço que, muitas vezes, impede/reprime/invisibiliza a produção das mulheres.” A autora menciona a ênfase na literatura e história presentes nos livros didáticos, destacando a predominância de textos clássicos e canônicos, geralmente de autoria masculina, o que pode reprimir ou invisibilizar a produção literária feminina. É repensar a representatividade feminina na literatura e nos livros didáticos e buscar soluções para superar as desigualdades e limitações presentes.

Se compararmos os dados, podemos verificar que a citação de fragmentos literários destinados a mulheres não chega a ser de 10%. Isso parece sustentar a perspectiva/discurso hegemônico/patriarcal de que as mulheres não têm seu papel devidamente representativo/reconhecido [...] (SOUZA, 2017, p. 33).

O limitado número de escritoras reflete a realidade social. As/os estudantes, ao terem seu primeiro contato com literatura em sala de aula, conhecem poucas autoras e muitas/os mergulham no mundo dos livros acreditando que por muito tempo as mulheres não tiveram sobre o que escrever, quando, na verdade, elas foram privadas desse direito de expressão.

[...] Sabemos que a literatura não se resume apenas a um número restrito de mulheres que escrevem – e muito menos de homens. Porém, apenas algumas entram para a categoria de célebres, como Raquel de Queiróz e Lygia Fagundes Telles, que integram a Academia Brasileira de Letras (ABL) e, portanto, são autoras já consagradas. Por este motivo, seus nomes aparecem nos livros didáticos de modo mais recorrente. Mas é importante ressaltar que a ABL possui 40 cadeiras, das quais apenas 6 são ocupadas por escritoras, sendo elas: Ana Maria Machado, Dinah de Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Raquel de Queiróz, e Zélia Gattai (SOUZA, 2017, p. 41).

A escola é um espaço que deve propiciar as/os estudantes olharem para esses dados de maneira crítica e reflexiva, indo além do que as páginas do livro didático propõem. Nesse trabalho, docentes são cruciais para conduzir as/os estudantes em leituras transformadoras.

V. A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA NO LIVRO DIDÁTICO

A literatura de autoria feminina é um assunto que merece destaque, pois é uma forma de resistência no cenário literário contemporâneo brasileiro, como aponta o artigo da pesquisadora Jéssica Casarin (2021). Para a pesquisadora, na literatura – assim como em outras expressões artísticas – está imbricada

de valores e aspectos identitários de grupo e isso está sujeito a diversas maneiras de silenciamento na sociedade.

Observamos, com isso, que os espaços para a literatura de autoria feminina ainda são limitados, há dificuldades tanto para publicação de suas obras, quanto para premiação. Quando ocorre, as escolhas das editoras se aproximam de escritoras já conhecidas e que têm um público firmado. Entendemos, assim, que o machismo perdura também no mercado literário, uma vez que não são dadas as mesmas oportunidades para ambos os gêneros (CASARIN, 2021, p. 312).

A presença de literatura de autoria feminina na América Latina e os impactos na produção de hoje na região são analisados no artigo Mariana Gonçalves Campos de Brito (2021). O texto apresenta um breve histórico do feminismo no mundo e, mais especificamente, dos movimentos feministas latino-americanos. A autora destaca a relevância da literatura produzida por mulheres na região e a importância de se discutir o tema.

[...] à medida em que as mulheres conquistam o espaço literário, afasta-se, cada vez mais, o machismo e o patriarcalismo na América Latina, disponibilizando o acesso à leitura e à escrita de acordo com o ponto de vista da mulher, rompendo com a exclusividade masculina que, por um grande período, teve o privilégio das letras (BRITO, 2021, p. 28).

A reflexão sobre a literatura de autoria feminina e seus desafios é relevante para entender os momentos de transformação e avanço cultural, como defende o trabalho de Gabrielly Késsia de Brito Negromonte (2022). Para a pesquisadora, a despeito dos avanços das mulheres no campo literário, muitas escritoras ainda seguem no esquecimento ou são lembradas superficialmente, sem o devido mérito e a necessária importância.

Negromonte (2022) defende que é crucial investigar as razões dessa negligência que se faz presente ainda hoje e entender suas raízes. Segundo ela, há outras instâncias que diretamente ou indiretamente influenciam o ensino no Brasil, fazendo com que essas discussões ainda resistam a ganhar espaço na sala de aula. Uma dessas instâncias é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³, além dos livros didáticos.

Cabe à escola, portanto, mostrar aos nossos estudantes o que a história literária brasileira excluiu ou apenas mencionou: as produções literárias escritas por mulheres, promovendo um movimento dialógico entre o canônico e a contemporaneidade. E não somente mostrar, mas fazê-los

³ A prova do ENEM se consolida como um instrumento essencial para o acesso à universidade no Brasil, uma vez que determina a elegibilidade dos estudantes para diversas instituições públicas e privadas, além de programas específicos como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).



conhecer, ler, debater e analisar. Em suma, estudar as nossas escritoras e suas obras de modo que possam vivenciar uma experiência leitora que se prolongue para além da sala de aula, colaborando para a formação de um leitor crítico, reflexivo e questionador da realidade e das problemáticas sócio-históricas e culturais, como as desigualdades de gênero (NEGROMONTE, 2022, p. 03).

No contexto da Educação Básica, o livro didático é comumente um dos principais meios pelo qual o estudante tem acesso e contato com a leitura literária. O artigo "A (não) presença da literatura de autoria feminina nos livros didáticos de ensino médio", de Ana Cristina Steffen (2018), busca analisar como a literatura produzida por mulheres é abordada nos livros didáticos de ensino médio, especificamente, nas três coleções mais distribuídas no Brasil, segundo o Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2015.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um programa do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas, literárias e de apoio à prática educativa de forma sistemática, regular e gratuita para escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. A escolha de materiais impacta diretamente na qualidade de ensino e no desempenho das/os estudantes, dessa forma, professoras/es e membros das escolas avaliam quais livros atendem melhor às demandas das/os suas/seus estudantes.

A pesquisa parte da hipótese de que o apagamento da literatura feminina na história literária brasileira se manifesta atualmente de diferentes formas, sendo uma delas o pouco espaço reservado à escrita feminina nos livros didáticos. Para contextualizar essa análise, Steffen realiza uma pesquisa bibliográfica sobre a mulher na condição de escritora, a presença da autoria feminina na história da literatura brasileira e a crítica feminista. A autora argumenta que o fenômeno do apagamento da literatura feminina ocorre não devido à falta de produção literária por mulheres, mas sim porque o cânone literário não as privilegiou, criando a falsa ideia de que a cultura era produzida apenas por homens (STEFFEN, 2018).

A análise dos livros didáticos do componente curricular "Português" do Ensino Médio, das três coleções mais distribuídas no país do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015, feita pela pesquisadora Ana Cristina Steffen (2018), confirma a hipótese de que a escola e o livro didático são fatores decisivos na valorização ou não de autoras mulheres, já que apenas um número muito pequeno de

escritoras recebeu algum tipo de estudo que ultrapassasse a simples menção de seu nome.

Nos nove livros didáticos analisados, foram identificadas 54 escritoras diferentes citadas. Dessas, 16 aparecem em mais de um dos volumes analisados. Foram observados nomes recorrentes: Clarice Lispector foi citada nos nove livros analisados; Cecília Meireles foi citada em seis deles. Porém, isso não significa, para Steffen, que as autoras foram abordadas com a devida profundidade.

Sobre isso, Muzart (1995, p. 85) chama de "mesmice": prosseguir estudando as mesmas autoras já consagradas para não se arriscar e se debruçar sobre a obra de outras ainda relegadas ao rol das "esquecidas".

A discussão apresentada no artigo de Steffen (2018) é indispensável, pois aponta para a necessidade de revisão dos conteúdos abordados nos livros didáticos, de modo a incluir de forma mais equitativa as contribuições literárias de autoras mulheres e a promover uma visão mais ampla e diversificada da história literária brasileira.

Embora caiba uma análise detalhada e profunda, Negromonte (2022) aborda rapidamente a influência que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem nos moldes do material didático desenvolvido para o Ensino Médio. Isso porque o Exame atualmente é o principal processo seletivo para ingresso nas universidades no Brasil, entretanto, reflete o cânone e o mercado editorial: traz em suas questões avaliativas pouquíssima menção à literatura de autoria feminina.

[...] No exame de 2020, das 11 questões voltadas para a área da literatura, apenas uma delas tratava-se de um texto de autoria feminina (um poema da poeta, escritora e jornalista Laís Corrêa de Araújo). Já no exame de 2021, das também 11 questões de literatura, apareceram mais autoras: Ana Paula Maia, Hilda Hilst e Maura Lopes Cançado; porém, ainda é uma ocorrência mínima (NEGROMONTE, 2022, p. 08).

Como muitas pesquisas que envolvem materiais didáticos dedicam-se a elencar o que é recorrente no ENEM, infere-se que esse seja um ciclo vicioso: o livro didático se apoia no cânone e no que o mercado editorial dita, isso se reflete na avaliação e, por sua influência, se torna mais uma vez prioridade de abordagem no material didático da educação básica.

O fenômeno de negligência da literatura de autoria feminina nos livros didáticos, devido ao apagamento da literatura produzida por mulheres na história literária brasileira, reflete-se na pouca representatividade da escrita feminina nos livros didáticos. A falta dessa representatividade é problemática, pois os estudantes não têm a oportunidade de conhecer a literatura produzida por

mulheres e, assim, perdem a chance de ter acesso a perspectivas e vozes diferentes (STEFFEN, 2018).

Outro artigo que versa sobre o tema é o intitulado "Autoria feminina e os livros didáticos do PNLD 2018: um estudo analítico", realizado por Aline Alves Arruda, Sâmila Luísa de Faria Miranda e Isadora Zhong Liang Ferreira Feng, que objetiva analisar a presença de escritoras mulheres nos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018. O estudo foi dividido em duas partes: uma revisão bibliográfica sobre teorias de gênero e literatura e um levantamento quantitativo e qualitativo da presença de autoras mulheres nos livros didáticos do PNLD 2018.

Para a realização do estudo, as autoras dividiram as coleções dos livros didáticos indicados para o PNLD 2018 entre as pesquisadoras e seus bolsistas e, em seguida, realizaram um levantamento quantitativo e onomástico das escritoras presentes nos três volumes das coleções. Além disso, foi feita uma análise qualitativa dos textos produzidos pelas autoras mulheres presentes nos livros didáticos. Os resultados encontrados pelas autoras indicam que a presença de autoras mulheres nos livros didáticos do PNLD 2018 é baixa e que, quando presentes, as autoras são frequentemente colocadas em segundo plano em relação aos autores homens (FENG; MIRANDA; ARRUDA, 2021).

O artigo "E quando as escritoras (não) aparecem nos livros didáticos: Uma análise comparativa", de Aline Oliveira Souza (2017), é um trabalho de conclusão de curso de especialização em gênero e diversidade na escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e também versa sobre literatura de autoria feminina na educação básica. A pesquisa teve como objetivo fazer uma análise comparativa e quantitativa das escritoras presentes nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Fundamental II distribuídos na rede pública de ensino de Florianópolis.

O estudo realizado por Souza (2017) elencou 20 livros didáticos de língua portuguesa distribuídos na rede pública de ensino e analisou a presença e representatividade de escritoras nas obras. A pesquisa revelou que a presença de escritoras nos livros didáticos de língua portuguesa ainda é muito baixa, em comparação com a presença de escritores. Em média, apenas 25,5% dos textos literários analisados foram escritos por mulheres, e a presença de escritoras nos livros didáticos variou de 0% a 54,5%. Entre as autoras mais presentes nos livros didáticos, destacam-se Clarice Lispector e Cecília Meireles, enquanto outras autoras importantes, como Carolina Maria de Jesus, Rachel de Queiroz e Adélia Prado, tiveram pouca ou nenhuma representatividade.

As pesquisas consultadas são importantes para evidenciar a falta de representatividade das

mulheres na literatura escolar, o que pode contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero e a invisibilidade das mulheres na sociedade. A presença da literatura de autoria feminina nos livros didáticos é importante porque as escritoras têm muito a dizer sobre diversos temas, não se limitando apenas às problemáticas do universo feminino. O mercado editorial coloca as obras escritas por mulheres sob um estereótipo que há tempos é contestado: o de que as mulheres escrevem apenas sobre temas domésticos, delicados, sentimentais, cheios de lirismo e sem profundidade. No entanto, as mulheres não cabem dentro desse quadrado e também podem tratar de outros temas como sexualidade, humor e violência ou qualquer outro que quiserem. As mulheres têm muito a dizer sobre tudo, não só sobre o íntimo e o sentimental. A falta de representatividade da escrita feminina nos livros didáticos pode ser reflexo de uma desigualdade entre a presença das mulheres e dos homens brasileiros nos catálogos das grandes editoras.

Em algumas listas de finalistas de prêmios, as mulheres não aparecem, não porque escrevem menos ou apresentam uma escrita de menor qualidade, mas porque a desigualdade entre a presença das mulheres e dos homens nos catálogos brasileiros das grandes editoras é grande. O número limitado de mulheres nas listas de livros mais vendidos ou nas cadeiras da Academia Brasileira de Letras não corrobora a ideia de que mulheres não produzem literatura, mas sim que por séculos elas não puderam se apropriar dessa expressão artística.

Para combater a falta de representatividade da escrita feminina nos livros didáticos, é importante que haja esforços para que essa produção chegue ao grande público. A escola é espaço basilar para o incentivo à leitura e contato com a diversidade. Uma possível solução para a falta de representatividade da escrita feminina nos livros didáticos é a inclusão de obras de autoria feminina nas listas de leitura obrigatória e nas bibliografias complementares. É importante que as/os professoras/es, ao escolherem as obras a serem estudadas, incluam a produção literária de mulheres. A inclusão de obras de autoria feminina nas listas de leitura obrigatória e nas bibliografias pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize a diversidade de vozes e perspectivas.

Outra iniciativa importante é a criação de políticas públicas que incentivem a produção e a distribuição de livros escritos por mulheres. Um exemplo é a Lei 10.753/2003, conhecida como Lei do Livro (BRASIL, 2003), que estabelece a obrigatoriedade de que pelo menos 50% das obras adquiridas pelo governo para programas de biblioteca sejam de autores brasileiros e, desses, no mínimo 25% devem ser de autores negros e 10% de autores indígenas ou pertencentes a outras minorias étnicas.

A pesquisa bibliográfica realizada sobre a presença da literatura de autoria feminina nos livros didáticos revela reflexões de grande relevância. Nas análises consultadas, observa-se que a literatura produzida por mulheres é frequentemente negligenciada na história literária brasileira, o que se reflete na escassez de espaço dedicado à escrita feminina nos livros didáticos. Essa constatação ressalta a importância de aprofundar os estudos e discussões sobre o tema, visando promover uma maior representatividade e valorização das obras literárias produzidas por mulheres em contextos educacionais. Ao reconhecer e incorporar a diversidade de vozes e perspectivas literárias, contribuimos para uma formação mais abrangente e igualitária dos estudantes, além de enriquecer o panorama da literatura nacional como um todo.

Para que a produção de mulheres chegue ao grande público ainda é preciso um esforço imenso de pesquisadoras, das editoras, dos júris de concurso, das/os professoras/es em instituições, das/os livrarias/os que escolhem o que entra nas livrarias. Caso contrário, permaneceremos nesse ciclo que perpetua o patriarcado e limita a presença feminina nos espaços coletivos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente silenciadas em diversos campos, inclusive na literatura. Escritoras mulheres têm sido muitas vezes excluídas do cânone literário devido aos sistemas patriarcais que favorecem escritores homens e suas obras. Essa exclusão resultou em um apagamento significativo das vozes e perspectivas das mulheres na literatura, levando a uma compreensão distorcida da história e da sociedade.

O cânone literário apresenta mais autores homens do que mulheres devido à estrutura patriarcal da sociedade, que historicamente marginalizou mulheres e suas obras. A construção do cânone literário é baseada em critérios subjetivos, como a opinião de críticos literários e a recepção das obras pelo público, que muitas vezes são influenciados por preconceitos de gênero. Além disso, a própria história da literatura foi escrita por homens, o que levou a uma seleção enviesada de autores e obras que perpetuou a exclusão de mulheres.

Existem vários mecanismos que contribuíram para a manutenção dessa configuração excludente do cânone literário. Um deles é a ideia de que apenas obras consideradas "clássicas" ou "canônicas" merecem ser estudadas e valorizadas, o que exclui muitas obras escritas por mulheres e outras minorias. Outro fator é a falta de representatividade das mulheres na crítica literária e na academia, que muitas vezes são dominadas por homens e suas perspectivas. Essas

questões estão presentes não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, e têm sido objeto de estudo e crítica por parte de estudiosas/os e ativistas do feminismo e da diversidade na literatura.

Outra das principais razões para o silenciamento das escritoras foi a falta de acesso à educação. Durante séculos, as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades que os homens para prosseguir na educação e, por extensão, em suas carreiras literárias. Essa falta de educação formal significava que muitas escritoras eram incapazes de desenvolver suas habilidades e talentos completamente, e suas obras literárias eram frequentemente descartadas ou ignoradas pelo estabelecimento literário dominado por homens.

Para reverter esse apagamento histórico das vozes das mulheres, é essencial estudar e divulgar as obras de escritoras. Ao fazer isso, podemos expandir nossa compreensão da literatura e da história e obter novos referenciais sobre as experiências e perspectivas das mulheres ao longo da história. Também é importante oferecer mais oportunidades para as mulheres seguirem carreiras literárias e receberem a mesma educação e o mesmo reconhecimento que seus colegas homens.

Ler e estudar as obras de escritoras é crucial para entender as complexidades de gênero, etnia, classe e outros fatores que se interseccionam, a partir de tais marcadores sociais, e moldam nossa sociedade. Também nos permite desafiar as narrativas e perspectivas dominantes que tradicionalmente excluem as mulheres e marginalizam as comunidades.

A exclusão das escritoras do cânone literário deveu-se em grande parte aos sistemas patriarcais que favoreciam os escritores masculinos e suas obras. Muitas das obras de mulheres escritoras foram consideradas muito domésticas, sentimentais ou emocionais e, portanto, tidas como menos valiosas do que as obras de escritores homens. Esse estigma perdura até os dias atuais.

A literatura brasileira é repleta de eminentes escritoras que contribuíram significativamente para a formação do patrimônio literário nacional. No entanto, a predominância de uma visão patriarcal na formação do cânone literário tem influenciado negativamente a elaboração do currículo escolar e a abordagem da literatura feita por mulheres nas escolas.

O cânone literário é formado por um conjunto de obras consideradas fundamentais para a compreensão da literatura de uma dada época ou cultura. No Brasil, ele é dominado por escritores homens, com pouca representatividade de escritoras e, conseqüentemente, de obras literárias de autoria feminina. Essa falta de representatividade afeta diretamente a educação no país, limitando o contato dos jovens com essas autoras e suas obras.

O apagamento das escritoras brasileiras do cânone literário tem um impacto significativo na construção do currículo escolar visto que ele é o conjunto de componentes curriculares que as/os estudantes devem aprender ao longo de sua formação, e é fortemente influenciado pelo cânone e pelo que se tem como “clássico” na literatura. A ausência de escritoras nessa seara desemboca no trabalho superficial com escritoras femininas na educação básica.

A abordagem da literatura feita por mulheres na escola é fundamental para a construção de uma educação igualitária e inclusiva. É importante que as escritoras brasileiras sejam apresentadas aos estudantes para que possam se identificar com suas histórias, se inspirar em suas trajetórias e compreender a riqueza e diversidade da literatura produzida por mulheres. A escola tem um papel fundamental na valorização da literatura de autoria feminina, pois é um ambiente onde os alunos têm contato com diferentes tipos de literatura e podem desenvolver o gosto pela leitura. O desenvolvimento de interesses e hábitos permanentes de leitura é um processo constante que começa no lar e é aperfeiçoado sistematicamente na escola. Portanto, a escola pode contribuir para a valorização da literatura de autoria feminina por meio da inclusão de obras de escritoras mulheres no currículo escolar.

É imprescindível que a escola promova a discussão sobre a importância da literatura de autoria feminina e os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado editorial. Dessa forma, os alunos podem ter uma consciência crítica sobre o tema e serem incentivados a ler obras escritas por mulheres, ampliando assim seu olhar sobre o mundo, conhecendo novas perspectivas e rompendo com a construção social cimentada no patriarcado.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida buscou, portanto, abordar a relevância e necessidade de incluir a literatura produzida por mulheres na prática pedagógica, visando a construção de uma educação igualitária e inclusiva. A partir dos resultados obtidos, fica evidente a importância de apresentar as escritoras brasileiras às/aos estudantes, permitindo que elas/eles se identifiquem com suas histórias, se inspirem em suas trajetórias e compreendam a diversidade das literaturas de autoria feminina. Após a realização da pesquisa, pode-se afirmar que os resultados foram alcançados de maneira satisfatória. A inclusão das escritoras brasileiras no currículo escolar proporciona aos estudantes uma maior conexão com suas histórias, perspectivas e experiências. Isso contribui para a ampliação do repertório literário dos estudantes, promovendo uma maior diversidade de vozes e representatividade na sala de aula. Além disso, foi observado um impacto positivo na autoestima e na

autoimagem das alunas, ao se sentirem valorizadas e representadas por autoras femininas. Através da inclusão de livros escritos por mulheres, a pesquisa alcançou seus objetivos de promover uma reflexão sobre a igualdade de gênero e questionar o apagamento das escritoras brasileiras no cânone literário.

A inclusão dessas obras no currículo não apenas garante a representatividade, mas também expande as perspectivas das/os estudantes e promove a valorização da diversidade literária. Foi possível problematizar a influência do cânone literário patriarcal na educação, evidenciando a exclusão das obras de autoria feminina e seus impactos na elaboração do currículo escolar. Como possíveis desdobramentos para a pesquisa, pretende-se futuramente explorar estratégias e diretrizes para a inclusão das literaturas de autoria feminina no currículo escolar; analisar quantitativamente coleções de livros didáticos usadas em instituições públicas do Estado de Alagoas com a pretensão de verificar quantas e quais escritoras são abordadas atualmente na educação básica; e investigar o impacto dessa abordagem inclusiva na formação dos estudantes e de sua criticidade.

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

1. ALÓS, A. P.; ANDRETA, B. L. CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA: REVISITANDO AS ORIGENS. *Fragmentum*, [S. l.], n. 49, p. 15–31, 2017. DOI: 10.5902/2179219426594. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/26594>. Acesso em: 11 abril. 2023.
2. BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
3. BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1995.
4. BONNICI, Thomas. *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Editora da Universidade Estadual, 2003.
5. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 19.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
6. BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial: LTC-Livros Técnicos e Científicos Ed., 1989.
7. BRASIL. *Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003*. Institui a política nacional do livro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em 18 de abril de 2023.
8. BRITO, Mariana Gonçalves Campos de. *Literatura de autoria feminina na América Latina*. 2021.
9. CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8.ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

10. _____. O direito à literatura. In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 235-263.
11. CASARIN, Jéssica. LITERATURA DE AUTORIA FEMININA CONTEMPORÂNEA E RESISTÊNCIA: O MULHERIO DAS LETRAS. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n.38, p. 308-322, 2021.
12. CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Bazar do Tempo, 2022.
13. COELHO, Nelly Novaes. A literatura feminina no Brasil contemporâneo. *Língua e Literatura*, n. 19, p. 91-101, 1991.
14. DA CONCEIÇÃO SILVA, Eliane. *Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero*. Século XXI, v. 9, n. 1, p. 21, 2019.
15. DOWLING, Colette. *Complexo de sabotagem: como as mulheres tratam o dinheiro*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 2000.
16. DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, p. 151-172, 2003.
17. EAGLETON, Terry; DUTRA, Waltensir. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
18. FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. *Estudos de sociologia*, v. 14, n. 27, 2009.
19. FENG, Isadora Zhong Liang Ferreira; MIRANDA, Sâmila Luísa de Faria Miranda; ARRUDA, Aline Alves. Autoria feminina e os livros didáticos do PNLD 2018: um estudo analítico. IX *Seminário de Iniciação Científica do IFMG*, Planeta IFMG. Novembro, 2021. Disponível em: <<https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-antiores/resumos-2021/linguistica-letras-e-artes/autoria-feminina-e-os-livros-didaticos-do-pnld-2018-um-estudo-analitico.pdf>>.
20. FOUCAULT, M. 2000. Linguagem e literatura. In: R. MACHADO, *Foucault, filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro, JZE, p. 137-174.
21. FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
22. GOMES, Melissa Carvalho. Imagem e auto-imagem: identidade feminina no Cânone literário brasileiro. *Signótica*, v. 15, n. 1, p. 63-75, 2003.
23. Hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283 p.
24. INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil*. São Paulo: 2020. Disponível em: <<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>>. Acesso em 21 fev. 2023.
25. JAKOBSON, Roman. *Linguística e Literatura*. São Paulo, Editora Cultrix, 1975.
26. KLEIMAN, Angela B. Professores e agentes de letramento: identidade e posicionamento social. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 8, p. 409-424, 2006.
27. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
28. MELLO, Evelyn. *Literatura, feminismo e ditadura: possíveis caminhos da crítica literária para uma leitura de obras escritas por mulheres no período do regime militar brasileiro*. ITINERÁRIOS–Revista de Literatura, 2020.
29. MOITA LOPES, L. P. da (2006). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.
30. MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *Anuário de literatura*, p. 85-93, 1995.
31. MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. *Muitas Vozes*, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400>. Acesso em: 28 jan. 2023.
32. NEGROMONTE, Gabrielly Késsia de Brito. *A literatura de autoria feminina no Ensino Médio: lacunas e possibilidades*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.
33. PENNYCOOK, A. (2006). Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, p.67-84.
34. SILVA, Vítor Manuel de Aguiar E. *Teoria da literatura*. 8. ed. Almedina: Coimbra, 2007.
35. SOUZA, Aline Oliveira et al. *E quando as escritoras (não) aparecem nos livros didáticos: Uma análise comparativa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 48 p. 2017.
36. STEFFEN, Ana Cristina. A (não) presença da literatura de autoria feminina nos livros didáticos de ensino médio. *Revista Entrelaces*, Fortaleza (CE), v. 1, n. 14, p. 315- 332, out./dez. 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39808>>. Acesso em 12 jan. 2023.
37. TELLES, Lygia Fagundes. “A mulher escritora e o feminismo no Brasil”. pp.57-63. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Goiânia: Editora Mulheres, 1997.
38. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
39. WOOLF, Virginia. *Mulheres e ficção*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.
40. _____. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.